

do Campo de Futebol da Rua do Sacramento Indicação nº 011/2007 - Vereador
Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefeito
Municipal a reforma do quadro polizportista situada na confluência da Rua
15 com a Rua D, no Bairro Parque São Indicação nº 012/2007 - Vereador
Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefe-
to Municipal a construção de praça com área de lazer (parquinho), quadra
polizportiva, no Bairro Jardim Indicação nº 013/2007 - Vereador Alfredo
Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefeito Muni-
cipal e parlamentares a urbanização do quão do Cemitério Jardim dos
Espíritos, no Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 014/2007 - Vereador
Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefeito
Municipal e parlamentares a urbanização das Ruas Doutor Moreira, sem
Nome, Wilson Mendes, Vila Ubere, Natal São Carlos, da Luz, D. Pedro e Na-
meos 1, 2 e 3, no Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 015/2007 - Vereador
Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefeito Municipal
a reforma da Rua com área de lazer (parquinho) e campo de futebol, na Rua
das Dunas s/nº no Bairro Canal Bonito Indicação nº 017/2007 - Vereador Pedro
Vandré de Aguiar, assunto: Solução ao Exm: Senhor Prefeito Municipal e pa-
rlamentares para a Rua "E" localizada em Aguiar nº 20 do
Km 05 de Ribeirão. Informada a futura do Expediente, o Senhor Presidente sus-
peita a inibida ao Estado, em vez Deixou a inibida como primeira Diretri-
muito o Vereador João do Santos Mendes, que após as conclusões de prova, como
foi sobre o levantamento de sua autoria, disposto sobre o prazo de expediente, e
Declaração de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, solicitando informações
quanto ao repare do ICMS para o Município de Ribeirão, indicando ainda o
prazo de participação do 2º Distrito (Tamoio) na produção deste, empois
enfatizei que o mesmo já encusava ahomos, que a solução poderia ser
ta realizada por um Município de Estado também integrando ao movimento
de pro- manejação a Tamoio. Dize que em seu entendimento tal infra-
ção deveria para construir uma linha alternativa para os dois pólos, o que
depende o contrário o manejação. E ainda observou que os royalties na
uma região flutuante, assim, seria necessário pensar na qualidade de vida
da população de Tamoio. Falou da importância de que projeto de man-
tenha uma relação com racionalidade, onde, que todo os meios sejam re-
ligados para a legitimar do direito de manejação daquela comunidade

Dire vir impunidade que houve a humildade de se reconhecer que no último
 dez anos, fora priorizada a parte e região central de Lulo, a sim, apelava pa-
 ra que o requerimento de nº 020/2007 fosse aprovado naquela sessão. A seguir, falou
 sobre o Projeto Administrativo de nº 50.51/2006 de sua autoria, declarando que nada
 da dele cobrava a resposta. Disse, que sua solicitação de que o SECTF entrasse em di-
 lanças do mês de junho a novembro de 2006, fora indevidada. Adiante, relatou
 que apenas sempre, seu papel de contabilizador e exerceu em quem se omite em re-
 lidar com informações para a sociedade. Disse ainda, que a participação da SECTF
 pelo indefinido não apresentava consistência e era incoerente, e mais, disse que
 a mesma alegava que a participação embargava a prioridade da empresa, e que
 um absurdo, visto que o SECTF era uma autarquia vinculada com dinheiro público
 com gastos no montante de setenta milhões de reais, obrigatoriamente deveria
 apresentar contas de seus gastos. Continuando, leu o trecho da justificativa que
 dizia: "(...) podendo comprometer a integridade, a vida privada, a honra e a im-
 agem das pessoas, não devem ser prestadas contas pelo Administração Pública"
 e finalizou que tais palavras levaram a dúvida com relação ao que poderia de-
 nigrar a honra e a imagem dos gestores da Administração Pública e quanto ao
 requerimento nº 020/07. A seguir, disse que gostaria conversar com o diretor e zelador
 do prédio da cidade e todos eram unânimes na assertiva de que o que
 mais se encontrava em Lulo eram "laranjas", o que em moda, visto que um
 candidato a ministro se obrigava de seus funcionários para obter empreiteira
 e registrar empresas. Adiante, afirmou que era de extrema importância que se
 não buscasse os "laranjas" de Lulo. Disse, que a resposta do SECTF fora negati-
 va, mas, seria "recheado" com o parecer do consultor geral da autarquia que
 por certo levanta a outra boca, diante do contexto de que era necessário o apro-
 vamento em tudo que houvesse naquela instituição, visto que havia algo de
 extremamente ridículo, não apenas nos salários empregados na Prefeitura de Lu-
 lo, ou no colégio de línguas, mas, em todo o dinheiro que circulava naquela in-
 stituição, que constituía um erro moral com o dinheiro público. Adiante
 disse que havia momentos em que pensava em desistir, visto que ele pró-
 prio era testemunha de diversos fatos, tais como o de um programa
 de rádio, onde um candidato o Prefeito afirmava ser o favor da legaliza-
 ção do jogo de bicho, porque ali mesmo o Judiciário estava proibido de fazer
 que havia estúpido já que não haveria nenhuma manifestação do Judiciá-
 rio. Disse, que as despesas eram comuns, mas que a lei não se converteu

[Handwritten signature]

de que havia um caminho a seguir sempre de publica e equida faziam-no seguir em frente, no que incurreu sua falta. O seguir, curpeu a Tribuna o Vireador Amunio Valério que inuadmente elogiou a presença de representantes de diversos segmentos sociais na Assembleia, destacando que a presença da comunidade no Poder legislativo deveria ser cada vez maior. O seguir, disse que com relação ao discurso do Vireador João Leões de ser minoria na Casa legislativa, acrescentava que também Judan Hussein era minoria e mesmo agindo sob o protesto do mundo todo, governava. Disse, que não poderia permitir que a Assembleia saísse do Poder legislativo com a impressão de que o Vireador João Leões era um governo de demando. Disse, que o Pimaro e também a Prefeitura deviam ter suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas ou não, assim, todos os próprios atos pelo Vireador de oposição eram inadmissíveis; caso houvesse mesmo irregularidades, o Vireador de oposição deveria então providenciar as medidas legais necessárias. Disse também, que não era necessário auonar a Secretaria de Estado, visto que as informações pretendidas pelo Vireador de oposição, poderiam ser adquiridas no próprio município. Disse ainda, que discutira que a SECATE, o Pimaro, a Prefeitura e os Quilombos, os Vireadores observarem como visto que era impossível a perfeição jurídica. Disse que a cidade tinha uma colônia de leões que fumava herva, um nível de professores que também não houvesse em outros governos, e ainda um governo que tinha a aprovação de toda a população. Falou a seguir, sobre a responsabilidade do homem público que era o representante legal do povo e honraria. Disse que o atual governo devolvia o respeito e a dignidade ao cidadão. Afirmez a seguir, que há dez anos curvia os lamentos da oposição com relação a pintura de mau feio e era necessário que tais hinos fossem o ainda do olho e admitem o compatívulo do Governos João Leões. Disse, que o grupo político a frente da Prefeitura era respeitado em todo o Estado. Disse, pois-se a seguir, enfatizando que o melhor pelo qual elevava sua voz era em virtude de que o Vireador que o antecedente na Tribuna era muito bom de memória e havia apreendido o nome da religião e sabia encher o que era respeitável, mas não era uma voz coerente e respeitável. Disse, que era hábito comum do Vireador de oposição solicitar a palavra quando se discutava o Tribunal, assim, acabava por interromper sua

coélio. Continuando, disse que no dia 31 de maio a Secretaria de Cultura estava dando meio a semana inteira e boeira. Após discorrer sobre o rido do momento, declarando que o governo teria de fazer uma ou um grande acontecimento. Falou da importância de que todos homenageassem tal evento que já aconteceu com esta de 400 imigrantes, com prêmios enviados até mesmo do exterior. A seguir, reiterou que o governo queria bônus, queria reservar, tinha compromisso sobre tudo estava falando e era digno do orgulho do cidadão, no que marcou sua fala. Não havendo mais propositores imediatos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o Delembando. Nesta etapa, foi aprovado o veto nº 001/2007. Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Educação final no seguinte Projeto: Projeto de Lei nº 005/2007. Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Políticas Públicas no seguinte Projeto: Projeto de Lei nº 069/2006, 080/2006, 094/2006, 098/2006, 104/2006, 107/2006, 108/2006 e 112/2006, sendo o parecer encaminhados para a Comissão de Educação final para que a mesma emita parecer em prazo regimental. A seguir foi aprovado requerimento de Virgínia nº 010/2007 para que as comissões técnicas se reunissem para emitir parecer em conjunto ao Projeto de Lei nº 032/2007 foram aprovados o requerimento nº 019/2007 e os pareceres nº 010/2007, Solução nº 011/2007, 012/2007, 013/2007, 014/2007, 15/2007 e 017/2007. Foi rejeitado o pedido do autor e requerimento nº 020/2007. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra o presente Sessud em nome de Deus, marcando Sessud extraordinária para dentro de quinze minutos e, para contar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação, lida e aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

✓ *[Assinatura]*
 ✓ Rute Schmitt
 ✓ Volney Freixo de Silva

Ata da Sessão Sessud Extraordinária do primeiro período legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 20 (vinte) de maio do ano de 2007 (deis mil e sete)

De dezesseis horas do dia 20 (vinte) de maio do ano de 2007 (deis mil e sete) sob a presidência do Sr. Presidente Luiz